CAPÍTULO

7

POVOS DO LIVRO

Para que uma religião e uma cultura religiosa se tornem amplamente difundidas e, todavia, mantenham uma certa coesão, parece que a existência de uma tradição escrita é necessária, de modo que pessoas que nunca irão se encontrar fisicamente possam absorver as mesmas idéias fundamentais pelo uso, tanto quanto possível, das mesmas palavras. Traduzir de uma língua para outra não é necessariamente um impedimento, desde que se trate de traduções de textos escritos. A instrução pode estar confinada a uma pequena minoria dentre os que participam. A exposição oral nas línguas não-escritas pode ser o meio pelo qual a cultura é transmitida para a maioria de seus adeptos, desde que a quase totalidade das comunidades locais disponham de sua elite letrada, capaz de manusear textos escritos e de ter mobilidade suficiente para se manter em contato com as que lhe são correspondentes nas comunidades circunvizinhas, de modo a responder às mudanças e aos desenvolvimentos no interior do sistema como um todo. A palavra escrita exerce seu controle não somente no espaço, mas também no tempo. Inspiração e genialidade podem falar às gerações futuras e, especialmente naqueles lugares em que os letrados são em pequeno número e os meios de reprodução tediosos, os textos arcaicos adquirem uma santidade que é difícil de ser apreciada pelas mentes modernas. Há nessas circunstâncias somente uma pequena quantidade de textos fundamentais, e as pessoas os conhecem quase de cor. A instrução se aproxima muito da mnemônica. Mas até a invenção da imprensa, era assim que as grandes religiões eram transmitidas. O que se compreende pouco é que, já entre cerca de 500 a.C. a 1000 d.C., quase a metade da África tinha caído sob a influência de uma ou mais de três tradições aparentadas desse tipo.

A mais antiga das três a entrar no cenário africano foi o judaísmo, o qual se estabeleceu ao longo das rotas de comércio gregas e cartaginesas ao sul do Mediterrâneo, assim como o fizera ao norte. Existiam comunidades judaicas em todas as cidades portuárias da orla marítima, mas isso não significa dizer que estivessem confinadas à costa. Uma bem-conhecida coleção de papiros e de fragmentos de cerâmica contendo escrita aramaica, encontrada na ilha Elefantina, no Nilo perto de Assuã, nos revela que, já

no século V a.C., a comunidade judaica instalada nesse remoto posto de fronteira núbio era próspera o bastante para sustentar um templo cujo desenho arquitetônico e as dimensões assemelhavam-se ao Templo de Salomão em Jerusalém.[1] Mais tarde, o regime ptolomaico no Egito revelar-se-ia extremamente atraente aos imigrantes judeus, os quais ocuparam dois distritos populosos e amplamente autogeridos da Alexandria, mas também se espalharam através de toda a região. Filo, o grande filósofo judeu da Alexandria, cuja vida cobre o período do advento da era cristã, estimou seu número em milhões, mais de um décimo do conjunto da população egípcia.[2] É claro, uma tal escala de adesão não se devia somente à migração. O judaísmo das eras pré-cristãs e pré-muçulmanas era uma religião muito mais expansiva do que viria a se tornar desde então, efetuando inúmeras conversões por meio de casamentos inter-religiosos com egípcios autóctones e outras tantas pelo fascínio que exercia sua fé monoteísta e seus padrões morais. Foi no Egito, durante o século III a.C., que as escrituras hebraicas foram traduzidas para o grego como os Septuaginta ou Vulgata dos Setenta. Esse fato em si mostra uma fé que, ao alcançar os gentios, não somente ganha adeptos, mas também toda uma classe de companheiros viajantes "tementes a Deus" do tipo que é mencionado em quase todos os capítulos dos Atos dos Apóstolos. Outrossim, o longo alcance do judaísmo pré-cristão é ilustrado pela história do tesoureiro eunuco de Cândace, a rainha-mãe de Meroe, o qual foi surpreendido pelo evangelista Felipe quando seguia em sua carruagem pela estrada de Gaza a ler o livro de Isaías.[3] Chegou-se até mesmo a afirmar que as influências judaicas, tão fortes na cristandade etíope mais recente, podem ter alcançado a região nos tempos pré-cristãos, pela rota do Nilo.[4]

Na África setentrional, a oeste do Egito e da Cirenaica, comunidades judaicas estavam estabelecidas em todos os principais assentamentos cartagineses, onde sua presença é atestada pelos vestígios de sinagogas e cemitérios, freqüentemente com inscrições em hebraico.[5] À medida que o comércio com o interior se desenvolvia na época greco-romana, os mercadores judeus inicialmente se disseminaram no interior das altas planícies da Argélia central e do Marrocos, onde os Berbere sedentários de Numídia e da Mauritânia produziam grandes safras de exportação de milho e de azeite de oliva. Depois, quando os Berbere saarianos passaram a criar camelos e desenvolveram rotas pelo interior do deserto, os comerciantes judeus se estabeleceram nos oásis ao sul do Atlas, onde as caravanas transaarianas tinham seus pontos de encontro setentrionais. Ainda mais tarde, e provavelmente somente na época muçulmana, uma pequena quantidade dentre eles seguiu as caravanas através do deserto e se estabeleceu nas cidades do lado meridional. A partir de cada um desses numerosos núcleos, sem dúvida ocorreu algum tipo de propagação através do casamento intergrupal, da conversão e da simples imitação das crenças e

costumes judaicos. Assim que se implantaram traços suficientes de judaísmo, veio à tona uma literatura das "tribos perdidas", inicialmente em árabe, em seguida em português e, depois, em francês, sugerindo que todas as tribos Berbere e até mesmo as sudanesas tinham origem judaica. Essa literatura foi analisada pelo estudioso hebreu H.Z. Hirschberg e considerada uniformemente sem valor.[6] Pelo menos desde o Êxodo, os judeus não tinham o hábito de migrar em tribos, e o judaísmo, à diferença do cristianismo, nunca empreendeu missões objetivando os pagãos que pudessem resultar numa conversão em massa de grupos étnicos. Permanece o fato de que já no começo da era cristã o judaísmo era amplamente disseminado em pequenos bolsões, não somente ao longo das margens do Mediterrâneo, mas amplamente na direção das latitudes saarianas, em toda a parte desde o mar Vermelho até o oceano Atlântico. Com certeza, isso deve ter funcionado como uma preparação para ambas as tradições monoteístas que seguiram seus passos. Onde quer que o judaísmo fosse praticado, no mínimo o conceito de "livro" portador de verdades reveladas se tornava familiar para um amplo círculo. E, talvez de maneira ainda mais marcante, a idéia de uma comunidade universal que havia conquistado as distâncias, cujos seguidores espalhados mantinham sempre contato uns com os outros através da palavra escrita e que tinha em Jerusalém um lugar de peregrinação constantemente relembrado teria um significado duradouro.

* * *

Se o judaísmo se disseminou através da África setentrional como a religião da rota de comércio e do mercado, o cristianismo foi, em contrapartida, essencialmente a religião do produtor de alimentos estabelecido no campo. É claro, ele tinha suas bases urbanas e, na ausência de qualquer evidência direta sobre os dois primeiros séculos de sua existência, devemos presumir que, assim como nas regiões ao norte do Mediterrâneo, os primeiros cristãos foram recrutados nas sinagogas judaicas das cidades através da pregação da proposta segundo a qual Jesus era o messias profetizado nas escrituras judaicas. Sempre e em toda a parte essa proposta levou rapidamente a uma divisão das comunidades de culto, o "caminho novo" atraindo uma minoria de judeus étnicos, mas também uma maioria de simpatizantes gentios que tenderam, daí em diante, a uma postura fortemente anti-semita. De fato, os mais antigos papiros cristãos, resgatados nas areias do Egito e datados do começo do século II, incluem a assim chamada *Carta de Barnabé*, cujo autor foi provavelmente um convertido de primeira cepa da sinagoga de Alexandria e escreveu em termos fanaticamente antijudaicos. Quando a cortina se abriu em seguida para a cena egípcia no final do mesmo século, mostrou, antes de mais nada, a escola catequista de Alexandria, dirigida por Panteno e, posteriormente, por Clemente, a qual servia de inspiração

para uma Igreja fortemente missionária que dirigia sua mensagem aos cultos falantes de língua grega da cidade. Um século mais tarde, entretanto, a cristandade inundava o campo causando ou coincidindo com uma deserção em massa da religião egípcia tradicional. O velho sacerdócio egípcio estava se desfazendo por falta de recrutas. Os estudos hieroglíficos desapareciam pouco a pouco. A mumificação estava sendo abandonada juntamente com a oferenda de bens tumulares. Um campesinato que começava e se tornar amplamente letrado se voltava para a Igreja Cristã, com sua tradução copta da Bíblia, e contribuía para a construção de basílicas nos povoados e para o financiamento das fundações eclesiásticas.[7] A grande perseguição de Diocleciano, iniciada em 303, viu a Igreja fornecer mártires às centenas não somente em Alexandria, mas também à longa distância dali na direção sul, no alto Egito, onde o historiador eclesiástico Eusébio testemunhou execuções em massa por decapitação, fogueira e esquartejamento, e observou que tal era o entusiasmo que prevalecia entre os fiéis que, "mal fora sentenciado o primeiro grupo, outros pulavam de todos os lados sobre a tribuna na frente do juiz para se proclamarem eles próprios cristãos."[8]

A perseguição acentuou uma tendência religiosa, na qual a cristandade egípcia serviu de guia para o resto do mundo. Desde os primórdios do Egito, a prática de se retirar para o deserto e buscar a liberdade ao preço de um ascetismo extremo foi uma resposta clássica dos que se sentiam oprimidos pelos que faziam as leis ou cobravam os impostos. Esse dificilmente poderia ser um modo de vida para o homem de família, mas, para o místico e para o fora da lei, tinha seus atrativos. Não era necessário andar longas distâncias a partir do vale do Nilo para encontrar a solidão, e uma vida comunitária monástica poderia se estabelecer em quaisquer dos incontáveis povoados em ruínas espalhados pelas margens do deserto. Além disso, o ascetismo atraiu a veneração do camponês egípcio, de modo que era possível viver no deserto, estar uma ou duas vezes por ano na margem do rio e continuar a exercer uma influência real sobre a sociedade como um todo. Foram nessas circunstâncias que o monaquismo se desenvolveu — o tipo eremita representado por Santo Antônio durante a segunda metade do século III, e o tipo cenobita por São Pacômio durante o começo do século IV. Já na altura da eclosão da perseguição dioclecíana, o deserto tinha uma grande população de eremitas. Na época da conversão de Constantino, em 325, Pacômio e outros estavam engajados na fundação das primeiras comunidades monásticas organizadas. Uma vez que o cristianismo tinha se tornado a religião estabelecida do Império Romano, não havia mais razões para que os mosteiros se escondessem da vista do público, e, já no final do século IV, alguns se tornaram proprietários de grandes extensões de terra, dispensando uma proteção altamente valorizada a incontáveis famílias camponesas contra as reivindicações crescentes dos

cobradores de impostos e dos senhores civis de terra. Todavia, a atração espiritual do deserto persistiu para muitos monges, e as propriedades monásticas do vale do rio eram complementadas por um grande número de eremitas e cenobitas do deserto, os quais reforçaram a oposição da maioria de língua copta da população contra as elites de língua grega das cidades.

Essa oposição teve uma dimensão teológica importante. Quaisquer que sejam as razões, os monges egípcios (e também os da Síria) esposaram desde o início uma doutrina de Cristo que colocava a maior ênfase possível em sua divindade, e chegava perto de negar que tivesse havido uma natureza humana. Nas palavras da mais importante autoridade ocidental sobre o movimento monofisista, os monges "em campanhas perpétuas contra os demônios nos limites do deserto, e continuamente perseguidos por temores subconscientes de vingança da parte dos velhos e despossuídos deuses nacionais ... exigiam para sua proteção o arnês de Cristo". Assim, quando os teólogos ortodoxos de Roma e Constantinopla convieram, no Concílio de Calcedônia em 451, que Cristo deveria ser adorado "em duas naturezas inseparavelmente unidas", a oposição monofisista polemizou, e não seria razoável se não o fizesse, que ainda que o Cristo pudesse ser "de duas naturezas", não poderia estar *em* duas naturezas. "Como pode o Cristo encarnado morrer em duas naturezas?" perguntou Severo, bispo de Antióquia. "Qual natureza foi pregada na cruz?". A profundidade do sentimento envolvido talvez se expresse melhor no lema dos bispos egípcios em Calcedônia, o qual dizia "Fora com os nestorianos, Cristo é Deus".[9] Embora nenhum cisma sério tivesse ocorrido nos oitenta anos a seguir, a Igreja se dividiu em facções no Egito e na Síria, uma que representava, de modo geral, o clero de língua grega das cidades, que desejava acima de tudo se manter unido à ortodoxia do leste e do oeste, e a outra o clero de língua copta e siríaca do campo. Por um certo tempo, persistiu a possibilidade de que bispos de ambas as persuasões fossem eleitos. Mas quando, no começo do século VI, Justino I e, depois, seu sucessor, Justiniano, começaram a perseguir e a expulsar os bispos monofisistas de suas sés, a reação foi imediata. Através de toda a fronteira oriental do império ocorreu um êxodo em massa de monges e cleros monofisistas, os quais se tornaram, por um determinado período, uma força missionária incomparavelmente poderosa.[10] Os exilados, inevitavelmente, ordenaram um clero rival não-reconhecido pelo ortodoxo. Surgiu assim uma igreja monofisista (ou jacobita) separada, a qual se infiltrou de volta às fronteiras imperiais e finalmente constituiu seu centro no Egito sob o patriarca copta de Alexandria. Daí em diante, a imensa maioria dos cristãos da África norte-oriental passou a fazer parte dessa obediência.

Observando além das fronteiras do Egito, o reinado etíope de Aksum, que havia surgido como uma entidade política em vigorosa expansão por volta do século I d.C., teve seu primeiro encontro com a cristandade no

século IV, muito antes do cisma monofisista. Esse foi um exemplo de propagação de uma fé através do contato comercial. A prosperidade material de Aksum certamente derivava de seu controle das rotas de comércio que vinham do interior para o porto de Adulis no mar Vermelho, a atual Massawa. O historiador bizantino do século VI, Rufino, conta como um negociante cristão de Alexandria que viajava com destino à Índia naufragou, no começo de século IV, na costa de Aksum. Seus dois filhos foram presos como escravos da corte do rei e se tornaram os tutores de língua grega dos filhos reais. O significado local que possuíam era o fato de falarem a língua e praticarem a religião do poder dominante externo. Um deles obteve finalmente permissão para viajar à Alexandria, onde foi consagrado bispo pelo patriarca Atanásio. Retornou depois para iniciar a conversão da corte aksumita. Contudo, o verdadeiro ponto de partida da cristandade etíope só ocorreria dois séculos depois, com a chegada dos "nove santos", uma missão composta por monges monofisistas cujos nomes eram principalmente sírios, os quais trouxeram consigo, para tradução na língua local, escrituras e liturgias que, obviamente, eram em siríaco e não em copta. A missão, todavia, estabeleceu mosteiros sob a égide egípcia de São Pacômio, e nada fez para alterar a autoridade eclesiástica do patriarca alexandrino.

Assim recebida, a cristandade rapidamente adquiriu um impulso local e se tornou a religião da população assentada de agricultores dos planaltos etíopes. Era uma religião que mantinha sua unidade e se transmitia de geração em geração através dos monges, a maioria dos quais vivia em lugares realmente inacessíveis sobre os cumes das montanhas ou nas ilhas lacustres, local onde os estudos bíblicos e litúrgicos podiam ser empreendidos longe da perturbação dos acontecimentos seculares. É uma falácia comum entre cristãos ocidentais supor que uma tradição religiosa só pode se estabelecer e ser mantida por um clero que opere no interior de um sistema paroquial definido, e que os mosteiros só existem para seus próprios membros. No mundo monofisista, como em muito da ortodoxia oriental, os mosteiros eram as instituições centrais da fé. Era de lá que os monges saíam para pregar e converter. Para eles o fiel se dirigia nos grandes festivais e nos períodos de necessidade. Nos lugares em que as condições são realmente muito rudes, as pessoas procuram a Igreja, onde quer que ela se encontre, para lá deixar seu primogênito para ser treinado em seu serviço. Somente os que são relativamente ricos esperam em casa pela visita do pároco. Na Etiópia medieval, a Igreja se expandiu paralelamente à expansão do Estado cristão, algumas vezes abrindo o caminho, outras seguindo na esteira dos exércitos vitoriosos. Mas sempre sua expansão dependeu do processo de segmentação por meio do qual os mosteiros ativos criaram fundações-filhas. Para um Benedito, um Columba ou um Bernardo, não teria sido difícil compreender o processo.

Na Núbia, a expansão da cristandade Nilo acima a partir do Egito havia talvez começado, em pequena escala, em algum momento no século V. Toda essa vasta área, outrora o reinado de Meroe, havia sido ocupada por povos nuba do oeste do Nilo durante o século IV, que a dividiram nos três reinados comparativamente bárbaros de Nobácia, de Makurra e de Alwa, os quais eram conhecidos e temidos por suas forças de cavalaria de grande mobilidade, armadas com arcos assim como com espadas e equipadas com os primeiros freios, rédeas e esporas que foram utilizados em toda a África. Os súditos desses reinados viviam da agricultura ribeirinha e da pesca, mas seus governantes obtinham suas riquezas do comércio de escravos, das minas de ouro e cobre exploradas com mão-de-obra escrava e através do ataque às cidades ricas do alto Egito. Entre o Nilo e o mar Vermelho, os nômades beja criadores de camelos eram os condutores de caravanas de uma rota terrestre que corria diretamente através do deserto oriental desde a Primeira Catarata até a Quinta, a qual propiciava a ligação direta entre o Egito e o reinado de Alwa, o mais meridional dos três. Por volta de meados do século VI, a evangelização desses reinados núbios tomou uma direção e um ímpeto inteiramente novos, como resultado da competição existente entre o imperador Justiniano e sua imperatriz monofisista, Teodora. Em 542, um monge monofisista, Juliano, persuadiu Teodora a enviá-lo, como missionário, a Silko, rei da Nobácia. De modo a não ser sobrepujado, Justiniano despachou ele próprio uma missão ortodoxa, a qual, encontrando a Nobácia tomada, seguiu caminho na direção do reinado de Makurra. Cerca de quarenta anos depois, o líder da igreja monofisista da Nobácia contornou Makurra utilizando a rota do deserto, para estabelecer uma missão em Alwa. Os contornos da história vêm do historiador contemporâneo, João de Éfeso. Os anos recentes, contudo, assistiram à escavação de duas catedrais metropolitanas de cinco naves — a de Nobácia em Faras e a de Alwa em Soba, trinta e dois quilômetros Nilo Azul acima, a contar de Cartum. Em Soba, somente a planta do piso pôde ser recuperada, pois todos os tijolos reaproveitáveis foram roubados. Mas em Faras, fragmentos de esplêndidos afrescos foram descobertos juntamente com várias inscrições e uma lista de 27 bispos que se sucederam uns aos outros naquela sé.[11]

Emerge daí um quadro que, pelo menos para a Igreja nobaciana, apesar de sua teologia monofisista, seguiu muito mais os modelos bizantinos do que os alexandrinos, os reis figurando como membros de ordens sacerdotais e os bispos ocupando funções no Estado. As línguas litúrgicas eram o grego e o núbio, e não o copta. A prática da peregrinação a Jerusalém, que se manteve durante um bom período nos tempos muçulmanos, ajudou a manter vivo um sentido mais amplo dos laços cristãos. E, estranhamente, o advento do islamismo no Egito fez de início pouca diferença para a cristandade na Núbia, que parece ter atingido o apogeu de sua prosperidade material e de

sua inspiração artística entre os séculos VIII e XII. Nessa ocasião, a cultura cristã se estabeleceu com sucesso nas latitudes saarianas e subsaarianas como a religião dos governantes e dos camponeses que viviam ao longo da via fluvial navegável. Ela foi enfim alcançada pelo islamismo, que primeiro a cercou e finalmente a sufocou, com a ajuda de uma cultura igualmente familiar a comerciantes e nômades.

Na África setentrional, a conexão entre a cristandade e a vida estabelecida, seja das cidades ou das partes intensamente cultivadas do campo, era igualmente aparente. Nada se sabe sobre isso antes do ano 180 d.C., quando o martírio espetacular de Speratus inspirou a pena do propagandista Tertuliano, mas presumivelmente essa articulação emanou das sinagogas, como aconteceu em outros lugares. A conexão romana era sistemática e forte. A língua culta da fé era o latim e não o grego. O período de ampla evangelização começou no século III, e rapidamente se estendeu das cidades para o campo, para abranger não somente a população romano-púnica da planície tunisiana, mas também os Berbere assentados cultivadores de milho e oliveiras do planalto da Numídia e da Mauritânia. Como no Egito, uma antipatia se desenvolveu entre cristãos rurais e urbanos, mas, nesse caso, não tinha uma base no monaquismo ou na teologia.[12] A única questão de princípio era disciplinar: dizia respeito aos procedimentos para se readmitir à comunhão aqueles que dela se tinham desviado durante o período da grande perseguição do começo do século IV. Os latitudinários falavam o latim das cidades. Os rigoristas eram os Berbere do campo, conhecidos, pelo nome de seu líder, como donatistas. Estes últimos ordenavam seu próprio clero, e desenvolveram um modelo de organização paroquial no qual a igreja rural típica era construída em redor do santuário de um mártir. Através de todo o século IV, os dois sistemas cresceram lado a lado e com igual sucesso. O registro de uma conferência realizada em Cartago na vã tentativa de interromper o cisma lista 286 bispos católicos e 284 bispos donatistas que dela participaram, e fornece a principal evidência para a localização da distribuição geográfica das duas persuasões.[13]

Menos de vinte anos depois desse acontecimento, entretanto, a cristandade da África setentrional sofreu a primeira das duas investidas violentas que deveriam deixá-la impotente para resistir à expansão subseqüente do islamismo. Em 429, uma horda de 80 mil vândalos cruzou o estreito de Gibraltar a partir da Espanha e promoveu destruição e desordem em seu caminho para o leste até Cartago, onde estabeleceu um principado que existiu durante um século. Os vândalos eram cristãos arianos, e isso lhes serviu de desculpa para queimar igrejas e expropriar a riqueza tanto dos católicos como dos donatistas. Os católicos das cidades sofreram mais, e muitos de seus líderes emigraram para a Itália. Os remanescentes viveram sob tormento constante. Mas a conseqüência mais séria da irrupção dos

vândalos foi a derrocada da fronteira meridional da África setentrional romana. Os Berbere nômades, particularmente os condutores lewatas de camelo das margens do deserto, irromperam nos olivais e nos campos de cevada onde a população donatista era mais concentrada. Eles ajudaram a subjugar os vândalos e a preparar o caminho para uma breve reconquista bizantina das terras costeiras durante o século VI. Mas a disseminação da cultura cristã em seu interior foi definitivamente interrompida. O futuro estaria então nas mãos de uma religião que pudesse controlar a obediência do guerreiro e do nômade.[14]

* * *

Numa forma muito simples, provavelmente mais conhecida como *din Allah*, "a religião de Deus", o islamismo esteve presente na África desde 639, quando os exércitos árabes invadiram o Egito e derrotaram a guarnição bizantina. Entretanto, isso ocorreu no mínimo um século antes do desenvolvimento de uma tradição literária árabe, e cerca de dois séculos antes das primeiras codificações escritas da *Shari'a*, a lei do islamismo, e do Alcorão, o livro de Deus, o qual contém as verdades reveladas pelo profeta Maomé. A *din Allah* era então uma tradição puramente oral, não ainda definida e guardada por nenhuma classe de especialistas cultos, algo que devia ser visto quase como um aspecto da disciplina militar imposta pelos comandantes a seus soldados árabes, os *muhajirun*, e à tropa local, os *mawali*, recrutada entre os povos conquistados. Sem dúvida, nenhuma imagem poderia ser mais falsa do que a que predominou para a cristandade ocidental de um credo imposto pela ponta da espada aos povos submetidos. O islamismo foi, em seus primórdios no Egito e na África setentrional, uma prática religiosa dos acampamentos militares da qual participavam aliados, concubinas, esposas e crianças, como privilégio conseqüente de sua associação com a raça dominante. Quando finalmente o islamismo se tornou uma religião do livro, outro "povo do livro", cristãos e judeus viram-se especialmente excluídos das operações da guerra santa, *jihad*, a qual era praticada mais para a obtenção de escravos do que para converter infiéis. Jihad era o estado de perpétua hostilidade que precisa sempre existir nas fronteiras bárbaras do islamismo, que era o reino da submissão e, portanto, da paz.

O desenvolvimento do islamismo como uma religião potencialmente universal, capaz de absorver não-árabes em grande número, ocorreria somente depois do surgimento do árabe como língua culta durante a primeira metade do século VIII. Isso se deu quando o centro de poder militar e político árabe se deslocou da Arábia primeiro para a Síria e, depois, para o Iraque. Poucos dentre os homens de letras árabes eram árabes de nascimento. Em sua maior parte descendiam de gregos e persas educados escravizados nas guerras de conquista, os quais foram recrutados como

burocratas pelos califas omíadas e abássidas por seus conhecimentos dos sistemas de leis e de administração anteriores. É cada vez mais reconhecido por estudiosos do islamismo atuais que a solução que esses homens encontraram para pôr mãos à obra foi codificar as leis e costumes de seu próprio tempo, e então conferir autenticidade a suas descobertas atribuindo-as à tradição oral transmitida pelo profeta e por seus contemporâneos. A cultura literária do islamismo baseava-se assim num sistema muito mais sofisticado e amplo do que aquele que poderia ter emergido da *Hijaz* do século VII, e foi somente depois que ela chegara a essa forma que estudiosos começaram a migrar para o Egito e Tunísia a fim de estabelecer as escolas de teologia e de direito que seriam capazes de atrair uma população cristã culta para o islamismo. Para o Egito, a figura crucial foi o jurista al-Shafi'i, que se estabeleceu na cidade-guarnição de Fustat, o Cairo atual, em 814. A escola shafi'ita se desdobrou em quatro sistemas sunitas ortodoxos para o estudo do direito islâmico. Um outro sistema, o Malikite, estabeleceu sua principal base africana em Kairouan, região que abrangia a Tunísia, a Tripolitânia e a Argélia oriental, na cidade-guarnição de Ifriqiya. Essas duas escolas produziram a maioria dos eruditos, ou *ulama'*, dos quais passou a depender a unidade do islamismo ortodoxo. Discípulos vinham de todas as partes, e posteriormente retornavam às suas regiões de origem como juízes ou mestres-escolas que difundiam a cultura islâmica através da África setentrional e ocidental.[15]

Nesse ínterim, durante os séculos VIII e IX, a proselitização se disseminou gradualmente das guarnições para os soldados-escravos, dos governantes árabes para os escrivães e funcionários públicos, dos senhores para os serviçais e dos migrantes pastorais árabes originalmente nômades (*beduínos*) para seus vizinhos agricultores cristãos. No Egito, a cristandade copta sobreviveu principalmente nas cidades. No restante da África setentrional, conhecido daí em diante como Maghreb, o ocidente árabe, mal sobreviveu à conquista. Os católicos da costa continuaram a migrar para a Europa. Os donatistas do planalto interior se tornaram muçulmanos, assim como seus vizinhos nômades. A grande superioridade prática do islamismo sobre o cristianismo no contexto africano estava no poder de atração que exercia, não só sobre agricultores e habitantes das cidades, como sobre os negociantes e os nômades. A ortodoxia contou pouco nos estágios iniciais. Exatamente por causa de sua inacessibilidade, o Maghreb se tornou local de refúgio para todo tipo de dissidente muçulmano ou kharijita, a maioria dos quais disputava o poder real com aqueles que haviam sido repelidos na tomada do califado pelos omíadas em 659 d.C. Tal era, em particular, o caso dos Ibadi, os quais vieram do Iraque meridional e se estabeleceram em uma série de assentamentos nas bordas setentrionais do Saara, de Tripoli para o oeste até o Atlântico, cujo centro político era o pequeno Estado de Tahert, no Atlas oriental. Com suas conexões orientais, os Ibadi estavam

bem situados para desenvolver novas rotas de comércio ocidente-oriente, as quais surgiram na esteira das conquistas árabes. De seus privilegiados postos de localização nos terminais das rotas de caravanas do deserto, eles também estavam bem situados para abastecer de mercadorias essas estradas do comércio transaariano, acima de tudo abastecer o comércio de escravos. Os Ibadi fizeram suas conversões entre os Berbere nômades cujos camelos serviam de transporte para as caravanas. E em pouco tempo passaram a acompanhá-los em suas jornadas para o sul. As primeiras comunidades muçulmanas que se estabeleceram no interior ou ao sul do deserto durante o século IX foram as dos comerciantes ibadis. Tais foram as origens do islamismo africano-ocidental.[16]

O comércio transaariano de escravos foi, de fato, a chave para a política medieval da África setentrional. Os escravos eram necessários antes de mais nada como soldados. Recrutados localmente, os soldados-escravos propiciaram aos pequenos grupos de migrantes, como os Ibadi, a criação de pequenos Estados, alguns dos quais mais tarde cresceram. Permitiram igualmente que os governantes imperiais do califado muçulmano se tornassem independentes da autoridade que lhes era designada. No começo do século IX, uma família de governantes abássidas, os Aghlabid, se tornou virtualmente independente enquanto sultãos de Ifriqiya. Eles chegaram a tanto através da organização de um exército de escravos comprados cujos primeiros recrutas eram principalmente Berberes procedentes das montanhas do Aures e da Cabília, e os que vieram a seguir eram em sua maioria negros provenientes do outro lado do Saara. No Egito, a história foi a mesma. Em 868, Ahmad b. Tulun assumiu o poder como mais um da longa série de governantes abássidas, mas conseguiu estabelecer um principado semi-independente através da criação de um exército constituído de escravos negros do Sudão nilótico e de brancos da Grécia e da Turquia. Porém, o exemplo mais destacado de poder político baseado em escravos adquiridos foi o dos fatímidas. Tendo começado como uma família de refugiados xiitas na cidade de Sijilmasa, situada numa rota de caravanas, no Marrocos meridional, os fatímidas construíram um poder militar suficiente para substituir os Aghlabid em Ifriqiya e, assim, conquistar o Egito, onde estabeleceram uma dinastia que levou este país aos píncaros de sua prosperidade e esplendor medievais. Isso foi importante para toda a África muçulmana, pois o Egito era um ponto central não somente para as rotas leste-oeste, mas também para o tráfego de peregrinos, que o atravessavam na direção de Meca e Medina. Os fatímidas eram xiitas hereges, mas para a África isso pouco significou. O que mais impressionava os peregrinos, além do alto custo de uma permanência no Cairo, eram as imagens resplandecentes de uma monarquia teocrática estabelecida numa cidade-palácio — um modelo para todos os potentados ou cortesãos com pretensões maiores, seja ao norte ou ao sul do Saara.

O comércio transaariano de escravos era somente um sintoma da circulação crescente de pessoas e idéias a qual, já por volta do século XI, havia começado a afetar todas as partes da África ao norte das savanas úmidas e dos pântanos do Nilo — na verdade, em todos os lugares onde podiam penetrar os animais de carga. Foi essa circulação que fez espalhar o apetite por uma religião e uma cultura que abrangessem um mundo muito mais amplo do que o dos grupos de língua locais; uma religião que preparasse as pessoas para a experiência da viagem e que as capacitasse a encontrar amigos e irmãos mesmo quando estivessem longe de casa. Tal era o apelo especial do islamismo para os nômades e comerciantes. E, com sua aceitação, houve um estímulo a mais para a viagem de peregrinação, para a educação e para o autodesenvolvimento geral. A peregrinação deu aos muçulmanos dos confins mais remotos do mundo islâmico a oportunidade de se manter em contato com o desenvolvimento dos grandes centros. Isso teve uma importância particular na transformação das variedades transmitidas oralmente do islamismo kharijita pela ortodoxia das quatro grandes tradições literárias dos sunitas. O exemplo clássico é o que deu início ao movimento almorávida. Em 1035/6, o chefe de uma pequena tribo nômade, Berbere da extremidade sudoeste do Saara possuidores de camelos, foi à Meca em peregrinação. Em sua jornada de retorno fez um pouso em Kairouan, onde consultou um importante jurista da escola malikita sobre qual a melhor maneira de reformar a observância negligente e corrupta das leis do islamismo por seu próprio povo. O jurista indicou-lhe um antigo pupilo, Wagag, que havia fundado uma espécie de comunidade religiosa militante chamada *ribat* na região de Sus, ao sul do alto Atlas. Wagag destacou um discípulo, Adb Allah bin Yasin, o qual acompanhou o chefe tribal em seu retorno e ficou muito chocado com a situação religiosa de seus súditos, a maioria dos quais não rezava e nada mais sabia sobre o islamismo além da simples declaração de fé de que não há um Deus, mas Deus, e que Maomé é seu profeta. Abd Allah "começou a ensinar-lhes religião, a explicar a lei e o *sunna*, a ordenar que praticassem o bem, proibindo-os de praticar o mal".[17] Dessa iniciativa entre uma tribo obscura do deserto surgiu um movimento de reforma religiosa e de reagrupamento político entre os Berbere sanhaja do Saara ocidental, movimento esse que foi poderoso o bastante para produzir uma dinastia de conquistadores que assumiu o poder no Marrocos e na Espanha meridional, de um lado do deserto, e que invadiu e desintegrou o reinado negro de Gana, do outro lado do mesmo. Mas por trás das conseqüências políticas e militares imediatas desses acontecimentos, jaz um processo religioso e cultural mais profundo por meio do qual o islamismo culto e rigoroso da escola malikita de Kairouan transformou, inicialmente entre os povos do Saara e depois entre os do Marrocos e de Gana, o islamismo vago e pré-culto dos Ibadi e dos outros Kharijita. O núcleo da população de Gana era soninke, o mais

setentrional entre os povos da grande família de língua mande. Segundo o relato do geógrafo árabe al-Barki de Córdoba, escrito pouco depois da invasão almorávida, o islamismo era a religião de uma minoria importante o bastante para obter um bairro especial na capital, o qual dispunha de doze mesquitas. Já deviam existir muitos muçulmanos soninkes, inclusive a maioria dos ministros do rei. Depois da invasão almorávida, entretanto, as evidências começam a mostrar que os comerciantes muçulmanos soninkes se dispersaram, formando um grande arco na direção sul e oeste, através da região de língua mande e mesmo além, levando consigo sua religião e compartilhando-a com seus clientes e colegas como um sinal de status cosmopolita.

Os modelos da expansão islâmica, de maneira não idêntica, mas basicamente semelhante, podem ser discernidos através da maior parte do cinturão da região de savanas abertas que se estende por mil e cem a mil e trezentos quilômetros ao sul do Saara. Em todas essas áreas existia uma classe de negociantes e comerciantes de longa distância — pessoas que compravam e vendiam em grandes quantidades, pessoas que organizavam caravanas e empregavam homens armados para se proteger, pessoas que estabeleceram depósitos e armazéns onde bens pudessem ser acumulados entre as passagens de uma e outra caravanas. Tal povo tendeu, desde cerca dos séculos X e XI em diante, a ser muçulmano. Nas cidades tendiam a morar juntos, de modo a que pudessem estar perto da mesquita e da escola corânica. Possuindo interesses legais mais complexos do que as pessoas comuns, eles as levavam para as *qadis* muçulmanas para serem julgadas segundo a lei de *shari'a*. Eles eram os elementos cosmopolitas que se sobressaíam em toda uma série de sociedades africanas, e tendiam a adquirir prestígio e poder pois viajavam e trocavam correspondência, o que os mantinha informados sobre o que estava se passando em outras regiões. Até o século XIV pelo menos, a cristandade culta dos reinados da Núbia e da Etiópia colocou uma barreira para a expansão do islamismo na África ocidental e oriental, mas, além deste ponto para o leste, muçulmanos Afar e Somali penetraram as fronteiras meridionais da cristandade etíope, ao mesmo tempo em que a conexão do islamismo com o comércio ao longo da costa oriental da África demonstrava que ele tinha um aspecto marítimo. Enquanto a navegação era, por motivos de ventos e correntes, extremamente difícil no Atlântico, no oceano Índico, com seus ventos regulares de monções, era fácil até demais. Muito antes do advento do islamismo, embarcações da Arábia meridional comerciaram ali, e aventureiros indonésios chegaram até mesmo a cruzar esses mares com suas canoas munidas de flutuadores em número suficiente para povoar a ilha de Madagascar, que nenhum africano conseguira alcançar. Nos séculos iniciais do islamismo, todavia, trouxeram contatos muçulmanos tanto do mar Vermelho quanto do golfo Pérsico. Os primeiros a chegar foram provavelmente os

Ibadi kharijitas do golfo, e seu destino era o arquipélago de ilhas costeiras que acompanham a região da fronteira atual entre o Quênia e a Somália. Isso nos é sugerido tanto pelas primeiras camadas de tradição oral registradas nas cidades costeiras quanto pelos vestígios arquitetônicos islâmicos mais antigos até hoje escavados nas ilhas de Manda e Pate.[18] As ilhas oferecem bons ancoradouros depois de ultrapassadas as costas realmente desoladas da Somália. Dispostas dentro do cinturão equatorial de chuvas, elas são riscadas por manguezais que propiciavam valiosos carregamentos de madeira para telhadura para a Arábia, que dela é desprovida, assim como alguns tipos de árvores maiores próprias à construção de embarcações. As ilhas e áreas continentais adjacentes são também o berço do suáili, originalmente a mais oriental das línguas bantu, a qual deveria se tornar a língua franca de todos os assentamentos marítimos até o Zambeze. Os primeiros comerciantes muçulmanos eram provavelmente pouco numerosos, e estavam satisfeitos por viverem como seus anfitriões suáilis em casas de taipa e palha. Os Suáili, já adaptados ao ambiente marítimo, provavelmente aprenderam com rapidez a construir embarcações maiores dotadas de cordames melhores do que os que tinham se habituado a usar para pescaria local e, assim, se equiparam para organizar um comércio costeiro com as terras mais ao sul. Parece agora provável que os primeiros assentamentos em Pemba e em Zanzibar, em Mafia e em Kilwa e nas ilhas Comores foi estabelecido pelos Suáili ligeiramente islamizados durante os séculos IX e X. O comércio intercontinental cresceu de maneira significativa durante o período de dominação dos fatímidas no Egito no final do século X e no século XI, o que correspondeu a uma intensificação da influência islâmica, a esta altura provavelmente culta, de tipo sunita, com a construção nos assentamentos mais prósperos de mesquitas e palácios em coral cortado. A principal diferença existente entre a difusão subseqüente do islamismo nessa região e na África ocidental reside na relativa ausência de qualquer rede ampla de comércio na África oriental interior. Esta era uma região infestada pela tsé-tsé, na qual todo comércio dependia do transporte por humanos e, conseqüentemente, se restringia somente aos itens de maior valor. Havia, em geral, muito menos mobilidade na África bantu do que no cinturão de línguas sudanesas, e não teria sido possível para qualquer comunidade de muçulmanos da África oriental interior manter contatos suficientes com os centros islâmicos para que a fé sobrevivesse. As condições para a difusão de uma religião universal ainda não existiam, exceto nos locais que atraíam a navegação do oceano Índico. Não é de se estranhar que o Islã africano oriental tenha sido por muito tempo considerado como uma questão de imigrantes estrangeiros.